

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.584 - SP (2019/0173963-4)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**  
**AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : RENAN TELES CAMPOS DE CARVALHO E OUTRO(S) -**  
**SP329172**  
**AGRAVADO : JOSE ALEXANDRE FRAGA**  
**ADVOGADO : ARISMAR AMORIM JUNIOR E OUTRO(S) - SP161990**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. LEGITIMIDADE DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. ABRANGÊNCIA DA CATEGORIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. EXAME EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE COBRANÇA. PRECEDENTES. EXAME DE DIFERENÇAS ENTRE O OBJETO DO MANDADO DE SEGURANÇA E A AÇÃO DE COBRANÇA. ANÁLISE DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. N. 7/STJ. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI N. 11.960/2009 QUANTO AOS JUROS MORATÓRIOS. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA PARTE, NEGAR-LHE PROVIMENTO.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Estado de São Paulo e outro em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nestes termos sintetizado (e-STJ fl. 113):

APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - SERVIDORES ESTADUAIS - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO - ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENTENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - QUINQUÊNIOS E SEXTA PARTE SOBRE VENCIMENTOS INTEGRAIS - Julgamento do Recurso Extraordinário nº 573.232 (Tema nº 82) - Caso em tela que não trata do mesmo objeto decidido no mencionado Recurso Extraordinário, pois cuida de mandado de segurança coletivo, cuja legitimidade advém do art. 5º, inciso LXX, alínea b, da CF - Extensão dos efeitos da decisão aos que se associaram após a impetração do "writ" - Possibilidade - Associação que possui legitimidade extraordinária, na qualidade de substituto processual - Defesa de interesses de grupo, categoria ou classe. Irrelevância do momento de associação - Desnecessidade de autorização especial expressa de cada associado - Inteligência dos art. 5º, inc. LXX, alínea "b", da CF/1988 e arts. 21 e 22 da Lei nº 12.016/2009 - Direito de receber as diferenças dos adicionais por tempo de serviço (quinqüênio e sexta-parte) sobre os vencimentos integrais dos servidores (período quinquenal anterior

à impetração do mandado de segurança coletivo) - Pedido procedente - Sentença mantida no mérito. A inconstitucionalidade por arrastamento do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/09, teve alcance limitado e abarcou apenas a parte em que o texto legal estava vinculado ao art. 100, § 12, da CF, incluído pela EC 62/09 - Na parte que se refere a juros e correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública até a expedição do requisitório não houve pronunciamento expresso da Suprema Corte quanto à sua constitucionalidade - Lei nº 11.960/09 que continua em vigor, nesta parte. Recurso de apelação e reexame necessário providos em parte.

Com efeito, às e-STJ fls. 202/204, há acórdão do Tribunal *a quo* readequando o disposto para juros e correção monetária nos termos do que foi decidido pelo Tema 905 da Repercussão Geral.

Nas razões do especial, os recorrentes sustentam violação dos arts. 1º, 2º e 9º, todos do Dec.-Lei n. 20.910/1932, do art. 14, § 4º, da Lei n. 12.016/09, do art. 202, I, do CC/2002 e do art. 240 do CPC/1973, pois a impetração de mandado de segurança coletivo não pode implicar na interrupção do prazo prescricional em relação à presente ação ordinária porque o julgado daquele processo diverge totalmente do pedido deduzido nesta ação. Asseveram que (e-STJ fl. 176): "Os autores foram desidiosos na cobrança de seus créditos; podiam ter proposto ação de cobrança, mas não o fizeram oportunamente." Defendem violação do art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997, porquanto não é possível que futuros associados sejam beneficiados do título no mandado de segurança coletivo, mas somente os que já se encontravam sindicalizados no momento da impetração. Alegam, ainda, que não é possível desconsiderar a exigência de filiação à época do mandado de segurança coletivo. Defendem malversação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997 e do art. 27 da Lei n. 9.868/1999, porquanto à declaração de inconstitucionalidade desse dispositivo deve se restringir à fase de execução, de modo que é possível sua aplicação na fase de conhecimento.

Contrarrazões às e-STJ fls. 193/195.

A Corte de origem não admitiu o recurso especial porque a questão referente a juros e a correção monetária segue entendimento fixada pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral.

Nas razões do agravo, o recorrente defende que o especial atende seus pressupostos e aduz a inaplicabilidade do fundamento contido na decisão agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Sobre a violação do 2º-A, parágrafo único, da Lei n. 9.494/1997, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia quanto à legitimidade da associação para a impetração de um mandado de segurança capaz de abranger toda a categoria (inclusive a parte ora recorrida) à luz do art. 5º, LXX, *b*, da CF/1988.

Presente a fundamentação eminentemente constitucional no ponto, afasta-se a possibilidade de revisão pelo Superior Tribunal de Justiça. Ganham relevância, exemplificativamente, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. IMUNIDADE.

ENTIDADE FILANTRÓPICA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA EM RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. O acórdão recorrido tem como fundamento matéria eminentemente constitucional. Sendo assim, destaco a inviabilidade da discussão em Recurso Especial acerca de suposta ofensa a matéria constitucional, porquanto seu exame é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição.

[...]

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1779961/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 06/03/2019)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROFESSOR. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA UTILIZANDO COMO PARÂMETRO A HORA ATIVIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E EM LEGISLAÇÃO DO ESTADO. CPC/2015. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO NOS AUTOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NESTA CORTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.

[...]

III - Todavia, no caso dos autos, inexistente prejudicialidade do recurso extraordinário em relação ao especial, e sim a impossibilidade de conhecimento do recurso especial. Isso porque, apesar de estar em discussão a aplicação da Lei Federal n. 11.738/2008, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia sob fundamento exclusivamente constitucional, declarando a inconstitucionalidade do art. 2º, § 4º, da Lei n. 11.738/08, o que afasta a competência do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Assim, não é o caso de sobrestamento do recurso especial.

IV - Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, nos termos da fundamentação.

(EDcl no AgInt no REsp 1632654/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 12/12/2018)

Quanto à violação dos arts. 1º, 2º e 9º, todos do Dec.-Lei n. 20.910/1932, do art. 14, § 4º, da Lei n. 12.016/09, do art. 202, I, do CC/2002, não é possível reconhecer diferenças entre o caso dos autos e o mandado segurança coletivo, de modo a determinar a prescrição dessa ação, sem o exame do próprio título judicial. Ou seja, a pretensão recursal, nesse ponto, depende de exame probatório dos autos; atividade não permitida no âmbito do especial nos termos da Súm. n. 7/STJ.

Ademais, o Tribunal de origem decidiu conforme a jurisprudência do STJ quanto à interrupção do prazo prescricional da ação de cobrança em razão de mandado de segurança coletivo. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.

1. A jurisprudência dessa Corte firmou-se no sentido de que a impetração do mandado de segurança interrompe a fluência do prazo prescricional para o ajuizamento da ação de cobrança que visa o pagamento das parcelas referentes ao quinquênio que antecedeu a propositura do writ. Precedentes: AgRg no REsp 1.161.472/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29/11/2010; AgRg no Ag 1.248.177/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 12/4/2010; AgRg no Ag 1.258.457/PA, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17/11/2011.

2. No caso concreto, a decisão proferida no mandado de segurança transitou em julgado em 27 de abril de 2004 e a ordinária de cobrança foi proposta em 16 de novembro de 2004, antes, portanto, de decorridos cinco anos do julgamento do *mandamus*, razão pela qual não há falar em prescrição.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 250.182/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 04/04/2014)

Sobre a malversação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997 e do art. 27 da Lei n. 9.868/1999, não há reparos a serem feitos no acórdão *quo*, pois segue jurisprudência do STJ, fixada no julgamento do REsp 1.495.146/MG (representativo de controvérsia repetitiva), pela impossibilidade de aplicação da TR como referência da correção monetária e sobre a definição das taxas que devem ser utilizadas no cálculo de juros moratórios. A propósito, vê-se a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. CASO CONCRETO QUE É RELATIVO A INDÉBITO TRIBUTÁRIO. TESES JURÍDICAS FIXADAS.

1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza.

1.1 Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária.

No presente julgamento, o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário.

1.2 Não cabimento de modulação dos efeitos da decisão.

A modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório.

2. Juros de mora: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei

11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária.

3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação.

3.1 Condenações judiciais de natureza administrativa em geral.

As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E.

3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos.

As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E.

3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas.

No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital.

3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária.

As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art.

1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009).

3.3 Condenações judiciais de natureza tributária.

A correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de indébitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso. Não havendo disposição legal específica, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês (art. 161, § 1º, do CTN). Observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices.

4. Preservação da coisa julgada.

Não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação imposta à Fazenda Pública, cumpre ressaltar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto.

SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO.

5. Em se tratando de dívida de natureza tributária, não é possível a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009) - nem para atualização monetária nem para compensação da mora -, razão pela qual não se justifica a reforma do acórdão recorrido.

6. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, c/c o art. 256-N e seguintes do RISTJ. (REsp 1495146/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 02/03/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo em recurso especial para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator